

# Temor dos credores se concentra em Ulysses

**CÉSAR FONSECA**

da Editoria de Economia

○ deputado Ulysses Guimarães, presidente da Câmara e do PMDB, transformou-se no centro das preocupações dos representantes dos banqueiros internacionais que se encontram na capital para fazer um levantamento da economia brasileira e as suas perspectivas de curto e médio prazos. Na avaliação das metas econômicas, os representantes dos bancos estão insistindo em saber como agirá o governo Sarney e qual a verdadeira posição de Ulysses no contexto político atual, pois julgam que suas opiniões são radicais e o crescimento da sua influência no jogo do poder poderá criar maiores receios no processo de renegociação da dívida externa.

Os banqueiros, segundo uma alta fonte oficial, estão bastante confusos e buscam avidamente entender a nova situação gerada pela ausência de Tancredo Neves. Eles não estão entendendo sequer qual o papel constitucional de Ulysses na Nova República, se ele como presidente da Câmara será o vice-presidente ou se acumulando a vice-presidência com o cargo de presidente da Câmara influirá mais que o próprio Presidente. Enfim, segundo a fonte oficial, os banqueiros estão revelando ignorância completa sobre o quadro institucional, ou se estão informados de como estão traçados as regras, nelas pouco estão acreditando em função de situações políticas novas dentro de um novo contexto que poderá surgir, tendo como base idéias radicais de comportamento em relação aos credores externos, as quais identificam como patrono o presidente da Câmara e do PMDB.

Os banqueiros estão preocupados. Ulysses, para eles, é um radical. Para sustentar essa opinião dos banqueiros existe pronunciamentos já históricos de Ulysses em relação à renegociação da dívida externa. Em mais de uma oportunidade, Ulysses conclamou o governo Figueiredo a endurecer as negociações com os credores, já defendeu, inclusive, antes de o PMDB chegar ao poder, uma moratória, tese defendida por Celso Furtado e a maioria dos economistas do PMDB que trabalharam no programa do partido "Esperança e Mudança". Assim que o PMDB chegou, ao poder, junto com o Partido da Frente Liberal (PFL), através da Aliança Democrática, houve uma



**Ulysses: projeção internacional**

alteração do discurso do PMDB, mas não ficou afastado de toda uma idéia mais forte em relação à defendida pelo governo Figueiredo no campo da negociação externa, caracterizada pela moderação. A proposta da capitalização dos juros feita pela Comissão de Ação para o Plano de Governo (Copag), que assessorou o candidato da Aliança Tancredo Neves era uma proposta atenuante em relação à proposta inicial dos economistas do PMDB de reivindicar a moratória.

Com Tancredo, o quadro estava mais ou menos delineado para iniciar a renegociação externa, principalmente depois de sua visita aos EUA, onde prometeu honrar todos os acordos acertados pelo governo Figueiredo. Ocorre que sem Tancredo e a inexistência de acordo — tanto com o FMI e os credores — realizado pelo governo Figueiredo, tudo ficou alterado. Nesse contexto, os banqueiros estão temendo que Ulysses Guimarães possa influir para uma mudança de tom nas conversas. Deve ter calado fundo nos banqueiros as palavras incisivas de Ulysses na beira da cova de Tancredo Neves, prometendo dar prioridade máxima na defesa dos interesses dos trabalhadores e desempregados, o que implica em resistir a terapias econômicas ortodoxas à la FMI que é base para firmar novo acordo com os bancos.

Entretanto, independente do que os credores estão achando do que poderá ser o papel de Ulysses Guimarães no novo contexto político da Nova República — ou seja a ala mais à esquerda do PMDB que Ulysses tradicionalmente encarnou —, como

força capaz de alterar o comportamento do governo na área econômica, as autoridades econômicas estão achando que será inevitável rever tudo em matéria de renegociação, principalmente com o Fundo Monetário Internacional. O governo, ressaltou a fonte ministerial, não está disposto a aceitar a presença da auditoria do FMI sobre a economia brasileira além do prazo de vigência do acordo ampliado realizado com a instituição a partir de 1983 e previsto para encerrar em 86.

O governo acha que a nova situação política não comporta uma presença ostensiva do Fundo Monetário Internacional na definição dos assuntos econômicos. Pelo atual acordo, mesmo após o seu encerramento, o FMI teria que continuar fiscalizando as contas nacionais anualmente, até o ano 2.000, ou seja, após ter sido concluído. Trata-se das condições que foram impostas ao México e que o governo Sarney não deverá aceitar diante do novo quadro político.

Dessa forma, o governo já está raciocinando, inclusive, sob o prisma de que os banqueiros tendem a se interessarem a fechar um acordo com o Brasil o mais rápido possível, segundo a fonte oficial, pois, segundo sua própria expressão, "é mais fácil ter um passarinho na mão do que dois voando". Não há nenhuma definição ainda completa e definitiva do novo quadro político e os bancos se sentem bastante intranquilos, inclusive, porque tal situação é generalizada, principalmente na América Latina. Não se tem certeza, disse, que a Argentina terá condições de executar o programa com o FMI, pois implicará, se cumprido à risca, em recessão insuportável. O receio das autoridades econômicas brasileiras é de que não haja uma compreensão de um importante credor com o qual pudesse buscar solidariedade. Talvez pela sua proximidade com os EUA e a série de consequências que decorrem desse fato para a economia mexicana, o governo do México tende a se afastar de uma posição comum dos credores latino-americanos para atuarem em comum acordo fim de exigir dos credores internacionais e do FMI uma posição mais flexível. Entretanto, o quadro é instável e é grande a preocupação e dos representantes dos bancos nos contatos que com as autoridades econômicas.